

# **O Crescimento Urbano Metropolitano e as Mudanças Socioespaciais**

## **Resumo**

Esta pesquisa propõe-se a estudar a produção do espaço urbano no Brasil a partir da retomada das políticas sociais ligadas à habitação, debruçando-se sobre o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Serão analisadas a expansão dos programas habitacionais em direção as periferias e as possíveis consequências socioespaciais deste movimento. O Estado, a fim de baratear o custo das moradias contribui para o isolamento das camadas desfavorecidas nas áreas distantes, precárias e com infraestrutura limitada. O referido processo já ocorreu anteriormente com as políticas do Banco Nacional de Habitação, porém, no momento atual, os limites físicos da metrópole têm sido ultrapassados. Espera-se constatar a importância das cidades médias e periferias metropolitanas para a produção de moradia e analisar a mobilidade intra/interurbana em função da intensificação destas relações. O aporte teórico teve como base autores que examinam a produção do espaço urbano e crescimento das cidades, tais como Corrêa (1999), Limonad (2007), Randolph & Gomes (2007) e Lopes de Souza (2001). A conjugação deste amparo teórico, aliado às averiguações provenientes da interpretação de dados atuais, servirá como alicerce para o desenvolvimento do trabalho.

Palavras-chave: regiões metropolitanas, habitação popular, expansão urbana.

## **Introdução**

O homem, em sua experiência cotidiana, ressignifica suas relações com o entorno, ocasionando e vivenciando os efeitos do processo socioespacial de mudança. O espaço vem se transformando de várias maneiras, modificando as relações que nele ocorrem. Entender a totalidade do que é uma cidade na configuração atual brasileira torna-se uma tarefa cada vez mais complexa.

Nas metrópoles brasileiras, assim como nas cidades médias, pode-se observar que estão em curso mudanças na ordem espacial vigente, que alteram parâmetros sedimentados de organização espacial. Compreender suas dinâmicas distintas e coordenadas é fundamental para podermos observar com mais clareza o processo e as relações de causa e efeito.

Desta forma, o trabalho propõe-se a estudar os recentes tipos de migrações interurbanas no Brasil, debruçando-se sobre o caso do estado do Rio de Janeiro e as mudanças no ordenamento socioespacial dos municípios da região metropolitana e perimetropolitana. Para tal fim é importante observar temas como as políticas governamentais de habitação com foco social e fenômenos como a transformação da segunda residência em primeira.

O deslocamento das classes sociais para o entorno metropolitano e perimetropolitano ocorrem diferenciadamente entre os estratos de renda brasileiros. Podemos notar camadas sociais de alta renda em busca de qualidade de vida fora dos grandes centros urbanos e outras, de baixo poder aquisitivo, migrando para áreas periféricas da capital fluminense devido à oferta de casas subsidiadas. Com as mudanças ocorridas na metrópole, as cidades médias despontam em importância, recebem novos fluxos migratórios e consagram-se na escala regional.

## 1. Políticas sociais no século XXI

Em 2003, sob muitas expectativas e desconfianças, finalmente a esquerda assume o poder no Brasil com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. Entende-se que não houve uma ruptura dramática entre os governos, no entanto sedimentou-se o comprometimento com as camadas populares da sociedade, com a ampliação de uma série de programas distributivos de renda e medidas para diminuir o desemprego e manter a moeda estável. Mesmo com a continuidade do liberalismo e discurso desenvolvimentista, os fatores apontados creditaram popularidade ao novo presidente, além de estabilidade econômica e controle da inflação – se comparada com o governo anterior (MELO, 2009). Desta forma, ao mesmo tempo em que a política econômica respondeu aos interesses do capital financeiro nacional e internacional, as políticas sociais reforçaram a tentativa de cumprir a promessa de diminuir a desigualdade social.

O Bolsa Família veio unificar então, os programas de desenvolvimento do governo anterior, a fim de aumentar o número dos beneficiados a medida que minimizava os custos devido a sobreposições e descentralizações dos programas (BRASIL. MDS, 2005). O objetivo era reduzir em curto prazo o número de pessoas vivendo em condição miserável, buscava-se desfazer a herança da situação de pobreza, de maneira a contribuir com a emancipação das famílias participantes. Em contrapartida, se fazia necessário manter todos os filhos na escola e vacinados. Hoje, é um dos maiores programas de redistribuição de renda condicionada do mundo.

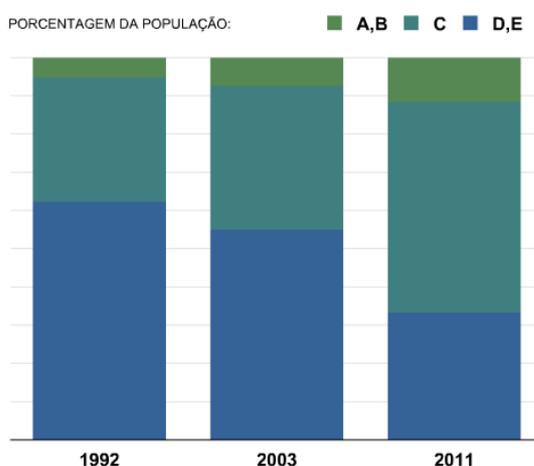
De fato, pesquisas vêm confirmando a melhora das condições de vida e de renda das classes desfavorecidas da sociedade em função da vasta transferência do governo através das políticas sociais redistributivas (ROCHA, 2007). A diminuição do desemprego e aumento do emprego formal aliados a estas políticas geraram estabilidade econômica entre os mais pobres (CDE, 2012). Conforme apontou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, houve uma diminuição do grau de desigualdade no Brasil de 7% entre 2001 e 2007. Esta condição esteve atrelada principalmente ao programa supracitado e à diminuição do desemprego (IPEA, 2008).

Apesar dos benefícios dos programas redistributivos, cabe ressaltar seu caráter clientelista, através de um “contrato social”, criando uma dependência dos beneficiados. Desta forma, *“as políticas sociais vêm desenvolvendo estratégias fragmentadoras da pobreza e se colocando em um movimento contrário à universalização de direitos sociais”* (YASBEK, 2003<sup>1</sup> apud COGGIOLA, s/d, p.5).

## 2. Estratificação social no Brasil: Classe C, a nova classe média

Os fatores estabilidade econômica, aumento do emprego formal somado ao crescimento substancial do salário mínimo<sup>2</sup> contribuíram para o incremento da classe C ou a “nova classe média<sup>3</sup>”. Entre 1992 e 2009, o número de brasileiros considerados da classe C subiu de 25% para 34%. Esta camada social pôde, portanto, aumentar seu consumo e favorecer a economia brasileira, representando hoje 55% da população, conforme mostra o Gráfico 1 (FGV, 2011). Apesar da melhoria da renda, vale ressaltar que ainda é extremamente desigual a comparação entre os rendimentos das classes mais altas e mais baixas. A diferença entre elas continua sendo um grande desafio para o país.

Gráfico 1 - População brasileira de acordo com a classe econômica



Fonte: <[www1.folha.uol.com.br/poder/935502-classe-c-e-a-unica-que-continua-a-crescer-aponta-fgv.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/935502-classe-c-e-a-unica-que-continua-a-crescer-aponta-fgv.shtml)> Acesso em 4 jun. 2012.

A casa própria representa um dos maiores desejos de grande parte da mencionada classe. A obtenção da moradia tem sido possível em função dos programas governamentais de habitação, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV –, iniciado em 2009. Almejando incentivar a atuação da indústria da construção civil e voltado para os estratos mais populares da sociedade, o programa tornou-se a primeira grande política habitacional após o fim do Banco Nacional de Habitação. Contudo, uma das críticas ao programa é que os interesses do setor privado estão sobrepondo-se à necessidade da população de baixa renda, pois está favorecendo outras classes sociais a adquirir o imóvel inicialmente proposto a uma faixa de renda inferior (CARDOSO et al., 2011).

## 2. Crescimento das cidades médias, regiões metropolitanas e perimetropolitanas

De modo a compreender a dinâmica das relações que ocorrem entre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ – e o entorno perimetropolitano se faz necessário observar de forma clara quais são os conceitos adotados para definir estas áreas. As cidades são distintas e complexas, dotadas de particularidades. É difícil compreendê-las individualmente, as suas relações com o entorno complementam seu entendimento. Em Marcelo Lopes de Souza encontramos a definição de metrópole à qual nos referiremos neste artigo:

Se uma das cidades que formam uma aglomeração urbana crescer e se destacar demais, apresentando-se como uma cidade grande e com uma área de influência econômica, pelo menos regional, então não se está mais diante de uma simples aglomeração, mas de uma metrópole. Uma metrópole é, também, por conseguinte, um 'minissistema urbano' em escala local, polarizado, esse sistema, por uma cidade principal, que abriga o núcleo metropolitano (2003, p.33).

Esse “minissistema urbano” pode ser chamado de Regiões Metropolitanas – RMs –, uma unidade territorial onde há interação entre cidades, apresentando uma cidade principal, a metrópole, que mantém de certa forma, a dependência das outras cidades a ela, seja pela oferta de emprego e educação, como pela busca de equipamentos públicos.

O desenvolvimento desencadeia uma série de atividades e uma rede urbana cada vez mais integrada (MATOS, s/d). Segundo Souza, as razões principais para a implantação das RMs remetiam a uma gestão integrada, com serviços urbanos de interesse comum entre as cidades, como transporte, água, esgoto entre outros, de modo a intervir “*mais facilmente nesses espaços-chave da vida econômica e político-social brasileira*” (2003, p.35).

Interessa-nos nesse momento a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, instituída oficialmente a partir da década de 1970 e que abarca atualmente cerca de 80% da população do estado. É composta por dezenove municípios, são eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (Censo IBGE, 2010).

A cidade do Rio de Janeiro exerce a função do núcleo metropolitano e conta com 6.323.037 habitantes (Censo IBGE, 2010). O contingente de população que habita a cidade não abrange a totalidade de pessoas que a frequentam, este número se altera diariamente com o movimento pendular de trabalhadores e com outros fatores, tal como o turismo. Deste modo interessam-nos os dezesseis municípios que integram diretamente esta rede de relações e que compõem a *hinterlândia*<sup>4</sup>.

Observando os dados dos municípios que compõem a RMRJ vemos que não há significativa diferença na paisagem direta do núcleo e do entorno, “o que vai ocorrendo é que elas se situam tão próximas e os vínculos entre elas se tornam tão intensos que certos fluxos passam a ‘costurá-las’ muito fortemente e no fundo passam a existir como se fossem uma só, ao menos sob vários aspectos” (SOUZA, 2003, p.32).

Utilizando a conceituação em Rainer Randolph & Gomes, temos que “o termo *perimetropolitano*, denominaria, nesse sentido, uma área de interface entre o metropolitano e um território urbano-regional que está próximo à região metropolitana, mas que tem e mantém alguma característica própria” (2007a, p.63). A área perimetropolitana fluminense é composta por 8 municípios, sendo estes: Cachoeiras de Macacu, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Petrópolis, Rio Bonito, Saquarema e Teresópolis (Mapa 1) (Censo IBGE, 2010).

Mapa 1 - Núcleo, Metrôpole e Perimetrópole do Rio de Janeiro



Consultando *websites* das prefeituras, notamos o interesse em divulgar as qualidades turísticas destas localidades, ressaltando seu afastamento dos centros urbanos. As áreas periurbanas servem a função de segunda moradia, de veraneio ou campo, para as classes médias. Observemos as informações encontradas no sítio eletrônico de Cachoeiras de Macacu, em que se mostram preocupados com as transformações da iminência da expansão da metrôpole.

Firmando-se na atividade agropecuária, o município de Cachoeiras de Macacu, hoje já começa a sofrer os efeitos do avanço da metrópole, na medida em que suas terras passam a ser procuradas como área de sítios de lazer, bem como já se esboça a expansão de loteamentos nos limites com Itaboraí (Prefeitura Cachoeiras de Macacu, 2012).

Pelo fato da urbanização brasileira ter sido marcada por seu ritmo acelerado e concentração das funções e equipamentos urbanos em locais privilegiados, as metrópoles eram pólos de atração pela sua enorme oferta de serviços e empregos, de maneira que elas prevaleciam como primeira opção na escolha migratória. Contudo, as condições de vida nas grandes aglomerações urbanas foram sendo agravadas devido ao crescimento vertiginoso, tornando os problemas sociais mais intensos, principalmente no âmbito habitacional. Como consequência, a concentração urbana foi perdendo força, de modo que atualmente, a desconcentração metropolitana constitui elemento formador de um novo arranjo de estruturação do espaço urbano.

Como consequência do espraiamento urbano, acompanhamos o crescimento das cidades consideradas de médio porte. Desde a década de 1970 as cidades médias vêm ocupando papel relevante na dinâmica econômica e socioespacial no Brasil (MOTTA & MATTA). Esperava-se que elas servissem como *“diques para os fluxos migratórios, oferecendo uma alternativa de atração locacional para os mesmos, desviando-os da sua orientação em direção aos grandes centros metropolitanos”* (ANDRADE et al., 2000, p.1).

No contexto do planejamento urbano europeu temos uma concepção, datada de 1950, afirmando que *“as cidades de porte médio em geral desempenhavam um papel fundamental no equilíbrio e no funcionamento das redes urbanas nacionais e, sobretudo, regionais”* (FILHO & RIGOTTI, 2002, p.2). Observamos que esta proposição se mantém atual no contexto brasileiro.

No entanto, conceituar uma cidade média é uma tarefa complicada, pois não há consenso sobre o tema. Aborda-se a questão em diferentes escalas e países, o que torna o entendimento complexo. A cidade média costuma dimensionar sua importância na escala regional, enquanto a metrópole possui influência nacional. No presente trabalho, entendemos como cidades médias brasileiras aquelas que possuem população entre 100 mil e 500 mil habitantes, tal como é definido pelo Censo Demográfico do IBGE de 2000.

As cidades médias e pequenas passaram a fazer parte, de maneira mais intensa, do dinamismo regional que vem se impondo às regiões metropolitanas, constituindo novos fluxos migratórios, redesenhando o ordenamento espacial destes locais. Conforme ressalta Baeninger essas *“novas espacialidades vêm assumindo importância crescente, já que podem ser capazes tanto de absorver quanto de reter grande parte dos fluxos migratórios que, anteriormente, se dirigiam às grandes concentrações metropolitanas”* (1999, p.535).

Observamos hoje que o movimento migratório de recepção de fluxos populacionais segue uma ordem distinta, como apontou o presidente do IBGE Eduardo Pereira Nunes , em entrevista a revista eletrônica Valor Econômico<sup>5</sup>, "*Hoje, o que a gente observa é que as áreas que mais absorvem população no Brasil não são mais os grandes municípios, as grandes metrópoles, mas na verdade são as cidades de porte médio, ou até grandes, mas não metropolitanas*". Ele segue sua fala ressaltando a importância destas cidades: "*Atualmente, o Brasil tem como característica marcante, observada no Censo, a importância demográfica, social e também econômica das cidades de porte médio*".

Os processos centro-periferia se alongam, portanto, para além da metrópole. Alguns consideram que o modelo evoluiu e mudou de nome, agora sendo chamado de fragmentado/excludente, devido a aproximação das classes em pontos antes considerados homogêneos social e economicamente (LAGO, 2007). No entanto é possível pensar também que estas relações apenas mudaram de escala, onde há uma maior relação entre as cidades, ao mesmo tempo que internamente as diferenciações repetem-se, de maneira a apresentar regiões preferidas e preteridas pelos investimentos públicos e privados, reproduzindo o padrão já mencionado. De acordo com Serpa, "*sob este ponto de vista, centros são sempre relativos a periferias, já que o espaço não é nunca homogêneo e não se pode negar a existência de uma hierarquia de lugares*" (2011, p.99).

Valendo-nos das ideias de Aguilar, acreditamos que

Em anos mais recentes, podemos apreciar que na medida em que diminuiu o crescimento da grande metrópole, continuou um importante crescimento das cidades intermediárias próximas à primeira, com o qual tem se aumentado uma marcada concentração de atividades produtivas e de população urbana em uma 'região central' que contém a maior cidade do país, mas cobre um território muito mais amplo [...] as expandidas e cada vez mais difusas periferias metropolitanas ao redor dessas grandes cidades tornaram-se sumamente importantes para entender a natureza em mudança das mega-cidades; [...]. Em termos territoriais, a mega-cidade apresenta na atualidade uma expansão mais policêntrica através de centros e sub-centros urbanos que seguem um padrão de rede que tende a ampliar-se ao longo das principais rodovias e ferrovias que saem em forma radial do centro da grande cidade" (2002<sup>6</sup> apud RANDOLPH & GOMES 2007b, p.7).

Utilizando como base os apontamentos supracitados, pretendemos destacar dois diferenciados movimentos populacionais que têm contribuído para a recente configuração urbana na região metropolitana e arredores fluminenses: a dinâmica do movimento migratório das classes altas e aquele referente aos estratos mais baixos, tendo como foco principal de observação as mudanças socioespaciais.

### **3. Mudanças no padrão de crescimento urbano**

A expansão urbana para além da região central da cidade do Rio de Janeiro, iniciada com a implantação das ferrovias, garantiu, ao longo dos anos a articulação entre as cidades, que encontravam na capital do país a oferta de emprego e infraestrutura que precisavam. A descentralização industrial também teve seu papel, gerando novos fluxos (DAVIDOVICH, 2001). Com o desenvolvimento da malha viária rodoviária, os núcleos concentrados próximos às ferrovias puderam dispersar-se. Contudo, este processo foi segregador, uma vez que não ocorreu uma distribuição proporcional dos investimentos destinados às melhorias urbanas em todos os locais, resultando em uma integração limitada dos territórios periféricos com a área central. Atualmente, a situação da mobilidade nestas áreas tem piorado, pois a rede estrutural rodoviária é incompatível com o contingente populacional que nela frui e a frota de transporte coletivo é insuficiente e desigualmente distribuída.

Mesmo diante das dificuldades apontadas, é importante ressaltar que o alargamento das relações para além da região metropolitana depende e são costuradas por eixos viários estruturantes, como as rodovias, como modo de manter a integração com a metrópole (GOMES, 2011). Neste sentido, as obras viárias têm o poder de potencializar a articulação entre locais estratégicos e viabilizar o fluxo com maior velocidade, surgindo assim, novos espaços residenciais, empresariais, pólos de desenvolvimento etc. (ALVES, 2011).

Como consequências destes fatores, vemos a conurbação, expansão e interação entre as cidades além dos limites metropolitanos, conforme veremos adiante, em que as camadas populares encontram opções de moradia longe dos centros urbanos e as classes mais prósperas em busca de qualidade de vida, procuram novas cidades ou periferias que garantam este atributo.

#### ***3.1. Movimentos migratórios: a realocação das classes média e alta e a segunda moradia***

A saída das classes médias e altas dos grandes centros inaugura uma tendência. A onda de condomínios fechados e a ocupação permanente da segunda residência são os principais meios de atingir este objetivo. Além disso, o tecido sociopolítico da cidade do Rio de Janeiro encontra-se vastamente fragmentado pela violência urbana de modo que contribui para uma sensação de inconformidade com o cotidiano da cidade.

A segunda moradia define-se por uma habitação de veraneio ou lazer para as classes médias e altas da população brasileira. No caso do Rio de Janeiro há uma preferência por localidades como a Costa Verde, Costa do Sol e Serra Verde Imperial<sup>7</sup> para

a compra de segundas residências. A escolha se dá pelas suas características litorâneas ou de recanto de lazer e descanso. Esta integração traz consigo ônus e benesses.

O deslocamento sazonal para residências de veraneio dinamiza o comércio destas cidades. As características da paisagem diferem nos períodos em que recebem maior fluxo turístico, alteram-se principalmente os horários de funcionamento dos comércios, criam-se ocupações laborais temporárias e há o aluguel de vasta quantidade de bens e serviços. Há maior demanda infraestrutural, o que muitas vezes ocasiona problemas como falta de água e engarrafamentos.

O fluxo migratório das classes mais abastadas ocorre em várias direções, além das zonas perimetropolitanas, há também aqueles que vão para áreas distantes na própria metrópole, tomamos como exemplo o bairro da Barra da Tijuca e Campo Grande. Aquele se restringe a ocupação às camadas sociais de alta renda e antigos moradores da Zona Sul. No segundo caso, a procura volta-se para os setores médios. Apesar de considerada uma periferia pobre da cidade apresenta boas condições de serviços urbanos, acessibilidade ao centro de negócios e meio ambiente favorável. A população que tradicionalmente habita o bairro detém baixo poder aquisitivo e acaba competindo pelo espaço com os mais ricos, gerando uma segregação socioespacial interna, restringindo a ocupação por camadas populares de certas regiões devido ao aumento do preço do solo (RIBEIRO & AZEVEDO, 1996). A consequência deste processo ainda em andamento deve se caracterizar pela melhoria da condição de vida nas áreas antes desvalorizadas<sup>8</sup>. Outro exemplo que merece destaque é o caso de Niterói, cuja dispersão orienta a ocupação em Maricá através das segundas residências, proliferando os condomínios fechados (LIMONAD, 2007).

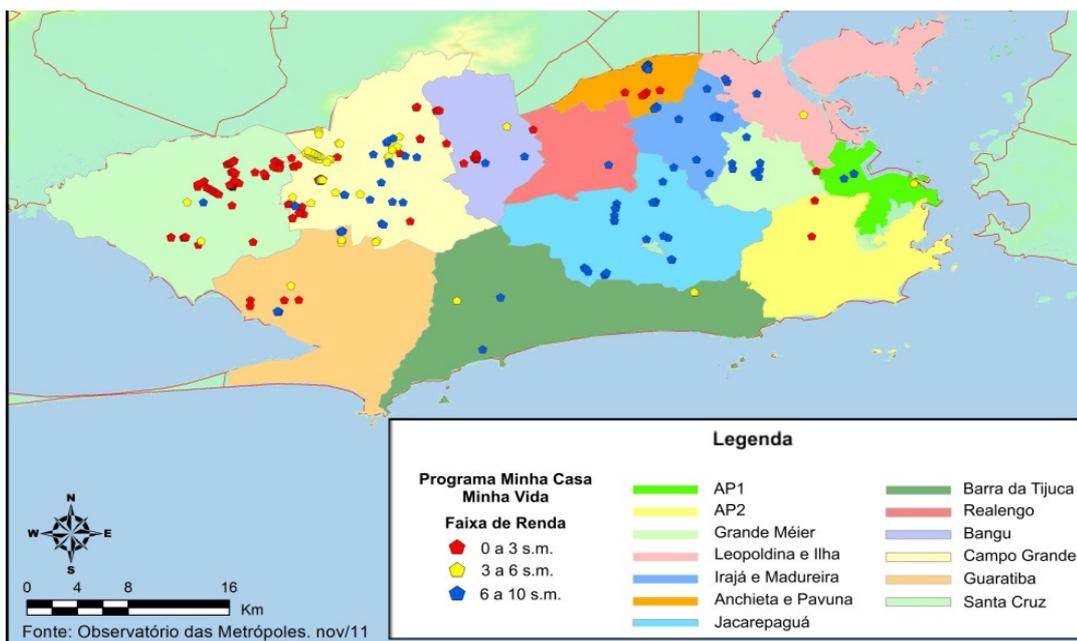
Nestes locais, tem predominado a ocupação dos melhores espaços – com infraestrutura adequada, meio ambiente favorável, vias expressas etc. – reservados pela indústria imobiliária aos mais abastados financeiramente. Este processo muda a escala da segregação socioespacial, não mais limitando-se ao núcleo central e periferia. Criam-se zonas especiais separadas do entorno social carente, distribuindo desigualmente os ônus e benfeitorias urbanas.

### **3.2. Movimentos migratórios: o Programa Minha Casa Minha Vida**

Diferentemente de outros estados brasileiros, no Rio de Janeiro, os empreendimentos do PMCMV concentram-se na própria capital. Contudo, há de se observar que a distribuição geográfica das habitações está centralizada na Zona Oeste<sup>9</sup>. Esta região já é caracterizada pela baixa infraestrutura e crescimento desordenado, somado a isto, a produção de moradia para as faixas de renda entre zero a três salários mínimos encontra-se

em locais ainda mais distantes (Mapa 2). O valor elevado da terra em bairros com melhor infraestrutura e serviços urbanos de maior sofisticação promove a busca pelo setor imobiliário de áreas periféricas para implantar os conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV (CARDOSO et al., 2011).

Mapa 2 - Distribuição espacial da oferta habitacional do PMCMV entre 2009 e abril de 2011 pelas Regiões Administrativas – RA's



Fonte: SMH, 2011 e Observatório das Metrópoles, 2011.

As carências relacionadas à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos na porção norte da Zona Oeste carioca, como pode ser observado no mapa acima, saltam aos olhos. Problemas como a mobilidade e acessibilidade ao centro da cidade dificultam o cotidiano daqueles que nela residem. A falta de infraestrutura poderá gerar um processo de distribuição desigual dos investimentos, reproduzindo de certa forma a maneira como no passado as políticas públicas desenvolveram-se na metrópole carioca, onde as regiões mais debilitadas eram as menos beneficiadas.

Neste sentido, sabendo-se que as Regiões Administrativas Bangu, Campo Grande e Santa Cruz são consideradas pelo Macrozoneamento da prefeitura como Zona Assistida (Mapa 3), é contraditório que a maioria dos empreendimentos se concentrem ali. Segundo o Plano Diretor de 2011, a ocupação desses locais deve ser acompanhada por *“investimentos públicos em infraestrutura e por medidas de proteção ao meio ambiente e à atividade agrícola”* (Art. 32º, inciso IV). Isto porque a região apresenta as taxas mais baixas de oferta de infraestrutura – água e esgoto por domicílio, serviços de educação, saúde e lazer – e

emprego, além de limitada acessibilidade. Portanto, a chegada de empreendimentos em grande numero terá um impacto negativo significativo.

Mapa 3 - Macrozonas de ocupação



Fonte: Anexo II - Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011.

O incremento urbano acelerado propiciado pelo PMCMV pode gerar uma crise estrutural associada à falta de elementos urbanos necessários para haver uma condição mínima de qualidade de vida. Preocupa a possibilidade de que estes locais fragilizados pela demanda maior do que a que pode suportar entrem em colapso e comprometam até as condições de habitabilidade. Sendo assim, ao invés de resolver os problemas habitacionais, é possível que eles se agravem ainda mais se outros problemas vierem à tona (CARDOSO et al., 2011).

Outra questão é que tem havido a valorização de terrenos em áreas periféricas devido ao grande número de construções, podendo prejudicar a obtenção de moradia às classes desfavorecidas pelo aumento do preço do imóvel<sup>10</sup>, uma vez que o valor da terra cresce de acordo com a demanda. Há, portanto, uma tendência cada vez maior à periferização das intervenções.

### **Apontamentos finais**

As assimetrias dentro da cidade são evidentes e têm se mostrado pronunciadas em diferentes aspectos. Questionar os padrões de desenvolvimento e crescimento é necessário, uma vez que a cidade está em constante transformação, os fluxos migratórios se renovam, seguindo caminhos diferentes do que ocorreu em momentos passados.

Harvey já polemizava sobre o conceito de “*cidade como unidade física rígida*”, uma vez que a “*ligação trabalho-casa*” está cada vez mais fragmentada, denominando este fenômeno de “*cidade expandida*” (1996, p.51).

Neste sentido, as migrações são um importante aspecto das mudanças urbanas, sejam elas opcionais, como no caso da auto-segregação dos estratos mais ricos da população, ou ocasionadas por uma oportunidade, como no caso da classe C, atendida pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida. É relevante perceber que esta classe tem sido beneficiada pela economia brasileira com facilidades diversas de consumo, que podem garantir um futuro no qual haja a seguridade habitacional.

Notamos, portanto, que hoje a metrópole fluminense enfrenta múltiplos processos concomitantes que a tornam um objeto de estudo muito interessante. Ao mesmo tempo em que concentra qualidades que a fazem central, ela possui aspectos intrínsecos que a tornam repulsiva, abrindo caminho para que as cidades médias despontem em importância.

A expansão urbana está alcançando novas fronteiras, dinamizando os locais periféricos metropolitanos e as cidades médias. Logo, será preciso que os cidadãos e os governos se adaptem às mudanças do reordenamento espacial. Cada vez mais é necessário criar acessibilidade e mobilidade aos centros urbanos. Uma cidade mais justa deveria beneficiar com transporte de qualidade e eixos viários diversos a maior parte da população por exemplo.

Tecer críticas, no entanto, é importante quando levamos o olhar para estas inquietações que despontam. Precisamos clarificar cada nuance dos problemas e investigar mais profundamente as consequências, de modo que hajam questionamentos e contradições passíveis de serem reconhecidos, para por fim, indicar novos caminhos (SABOYA, 2011).

A expansão metropolitana transforma o ambiente urbano, conseqüentemente segregando classes, os espaços da cidade não são aproveitados por todos, comprometendo a cidadania. Pensamos então que os desafios que estão por vir são grandes, mas desta vez encontram-se munidos de uma nuance de esperança, pois os dados pesquisados apontam para uma diminuição do déficit habitacional para a classe C brasileira.

Acreditamos também por outro lado que, as melhorias públicas que começarão a alcançar a periferia poderão ser apropriadas pelos moradores com melhores condições financeiras. Estes não integram necessariamente as camadas sociais as quais os investimentos se dirigem, tal como a faixa de 0 a 3 salários mínimos do programa Minha Casa Minha Vida. Esta ocupação pelas classes mais altas poderia ocasionar aumento do preço do solo nos locais com melhor infraestrutura, empurrando mais uma vez a população desfavorecida para áreas ainda mais distantes. Em um processo similar, as cidades médias podem favorecer regiões específicas, reproduzindo o padrão periférico da metrópole carioca. Cabe refletir se haverá alguma estratégia governamental que possa conter este processo.

## Referências bibliográficas

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*, São Paulo: Contexto, 2011. p. 109-122.

ANDRADE, Thompson A.; SANTOS, Angela M. S. P.; SERRA, Rodrigo Valente. *Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/1996*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000.

BAENINGER, Rosana. Migrações Internas No Brasil: Municípios Metropolitanos E Não-Metropolitanos. *Anais do IV Encontro Nacional Sobre Migração*, ABEP, v. 2. Curitiba. Curitiba – PR. 1999.

BRASIL. MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família*. Brasília, 2005. Disponível em <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 20 mai. 2012.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAUJO, F. de S. Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. *XIV Encontro Nacional da Anpur*, Rio de Janeiro – RJ. Maio de 2011. 21p.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas sociais “focados” de combate à pobreza e à fome: uma abordagem crítica. s/d.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*, São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

DAVIDOVICH, Fany. MetrÓpole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. *Cadernos MetrÓpole*, n.6, p. 67-77, 2º sem. 2001.

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim & RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto – MG. Nov. 2002.

GOMES, Pedro Henrique Oliveira. Eixos de urbanização, expansão metropolitana e turismo de segunda residência do Rio de Janeiro. In: RANDOLPH, R., SOUTHERN, B.C. (orgs.). *Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na America Latina*. São Paulo: Ed. Max Limonad, 2011. p. 285-302.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento urbano: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaços e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, n.39, 1996. p. 46-84.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *PNAD 2007: Primeiras Análises. Pobreza e Mudança Social*. Brasília (DF): IPEA; 2008 v. 1. (Comunicado da Presidência, n. 09).

LAGO, L. C. Trabalho, Moradia e (I)Mobilidade Espacial na Metrôpole do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrôpole*, n.18, 2007. p. 275-193.

LIMONAD Ester. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? *Revista Formação*, nº14 v. 1. 2007. p. 31-45.

MATOS, Ralfo. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. s/d. 22p.

MELO, Carlos. O Governo Lula e o Sistema Político: inércia econômica, ativismo social e inação política - avaliando e buscando hipóteses. *Revista LIBERDADE e CIDADANIA*. Ano II, n. 6. outubro/dezembro, 2009. p. 1-23. Disponível em <[www.flc.org.br](http://www.flc.org.br)>. Acesso em 14 mai. 2012.

MOTTA, Diana & MATA, Daniel. A importância da cidade média. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Revista Desafios*, fevereiro de 2009. Disponível em <[desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/47/pdfs/rd47art03.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/47/pdfs/rd47art03.pdf)>. Acesso em 2 jun. 2012.

Plano CDE e Bankable Frontier Associates. Gestão Financeira Entre as Classes de Baixa Renda no Brasil: Abrangente, Diversificada, Engajada. Maio, 2012. 30p.

RANDOLPH, Rainer & GOMES, Pedro Henrique Oliveira. Mobilidade e expansão do Rio de Janeiro para áreas perimetropolitanas. *Cadernos Metrôpole*, n. 17, 1º sem. 2007a. p. 59-80.

\_\_\_\_\_. Urbanização, movimento pendular e migração: surgem novas territorialidades em áreas peri-metropolitanas? O caso do Rio de Janeiro. *V Encontro Nacional sobre Migração*, ABEP. Campinas – SP. Out., 2007b.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & AZEVEDO, Sergio de. A Produção da Moradia nas Grandes Cidades Brasileiras: dinâmica e impasses. In: \_\_\_\_\_. (org.). *A Questão da Moradia nas grandes Cidades: da política habitacional à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. 2011.

ROCHA, Sonia. Os “Novos” Programas de Transferências de Renda: impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. IPEA. vol. 2, agosto, 2007. p. 131-145.

SABOYA, Renato T. Prefácio. In: MUSSI, Andrea Q. et al. *Estatuto da cidade, os desafios da cidade justa*. Imed editora. 2011.

SERPA, Angela. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 97-108.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190p.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <cps.fgv.br>. Acesso em 2 mai. 2012.

Disponível em <www.cachoeirasdemacacu.rj.gov.br/site/cidade/historia-do-municipio>. Acesso em 7 jun. 2012.

---

## Notas

<sup>1</sup> YASBEK, Maria Carmelita. Fome Zero: uma política social em questão. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública, vol. 12, nº 1, janeiro 2003.

<sup>2</sup> de R\$ 240,00 em 2003 para R\$ 622,00 em 2012.

<sup>3</sup> Há muitas controvérsias envolvendo qual seria a renda das classes sociais. Para tal, destacamos as estatísticas da FGV e do Plano CDE (2012). 1) FGV: Classe A - acima de R\$ 6.329,00; Classe B - de R\$ 4.854,00 a R\$ 6.329,00; Classe C - de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00; Classe D - de R\$ 705,00 a R\$ 1.126,00; Classe E - de R\$ 0,00 a de R\$ 705,00. 2) Plano CDE: Classe A - acima de R\$ 6.353,00; Classe B - de R\$ 3.178,00 a R\$ 6.353,00; Classe C - de R\$ 1.271,00 a R\$ 3.178,00; Classe D - de R\$ 351,00 a R\$ 702,00; Classe E - de R\$ 0,00 a de R\$ 351,00.

<sup>4</sup> Hinterlândia é um termo da Geografia Urbana que significa região de influência. Seu uso é vasto na literatura geográfica.

<sup>5</sup> Disponível em <www.valor.com.br/arquivo/860093/cidade-media-cresce-mais-mostra-censo>. Acesso em 3 jun. 2012.

<sup>6</sup> AGUILAR, A. G. Las mega-ciudades y las periferias expandidas. *EURE*, vol. 28, número 85. 2002.

<sup>7</sup> As cidades que pertencem à Costa Verde são Parati, Ilha Grande, Angra dos Reis e Mangaratiba. A Costa do Sol é composta por Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Rio das Ostras. Finalmente a Serra Verde Imperial é constituída por Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

<sup>8</sup> Ver Fonseca, Priscilla. A (re)configuração do espaço do bairro de Campo Grande no Rio de Janeiro: o desenvolvimento do subcentro comercial e a ação da indústria imobiliária. Monografia (Bacharel em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2011. 123p.

<sup>9</sup> Até 2011 dos cerca de 600 empreendimentos financiados ou entregues pelo PMCMV, noventa concentravam-se na Zona Norte (6 a 10 s.m.), vinte e seis no centro (3 a 6 s.m.), e quatrocentos e noventa na Zona Oeste (SMU, 2011).

<sup>10</sup> Disponível em <extra.globo.com/casa/compra/minha-casa-minha-vida-valoriza-terrenos-em-ate-72-370182.html> Acesso em 1 jun. 2012 às 17:54.